



## ATA DO II SEMINÁRIO DE MÍNIMO IMPACTO NA PRÁTICA DO MONTANHISMO - PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA TIRIRICA

**Aos 18 dias do mês de março do ano de 2012** realizou-se o II Seminário de Mínimo Impacto na prática do Montanhismo no Parque Estadual da Serra da Tiririca. O evento foi realizado no Espaço Karuma, no Bairro Vale Feliz, Niterói- RJ.

Fernando Matias, chefe do PESET, dá início às apresentações, agradecendo a presença de todos e segue falando da importância em práticas de mínimo impacto no PESET, considerando a premissa das Unidades de Conservação de Proteção Integral. Ainda em sua fala o chefe da UC declara considerar a UC PESET como uma das mais estratégicas unidades de conservação estaduais, no que se refere ao uso público e, menciona a importância do desenvolvimento de atividades de montanha em consonância ao mínimo impacto. . Em seguida Fernando dá início à leitura da ata do I Seminário de Mínimo Impacto realizado em 2009 e ao final pergunta se há alguma consideração sobre a ata e todos concordam com a redação apresentada.

Delson Queiroz (Femerj) diz que em nenhum parque tem o caso de abertura de vias levadas ao conselho consultivo, mas sim à própria federação. Poyares (Chefe do Parque Estadual dos Três Picos) diz que no PETP, há um grupo de montanhistas atuantes e se existe uma necessidade de uma análise prévia, é feito de forma informal, mas não chega até o conselho. Marcelo Ambrósio (montanhista) diz que esse tópico pode ser abordado no final do seminário. Fernando diz que o conselho do PESET não tem capacidade técnica para avaliar uma abertura de via. Alex Figueiredo s(CNM) sugere que seja criada uma câmara técnica para tal.

O primeiro palestrante é Carlos Jamel, biólogo, diretor da empresa Nova Terra, responsável pelo plano de manejo do PESET que está em fase de elaboração. Jamel faz uma apresentação sobre os critérios de zoneamento e a metodologia utilizada para o zoneamento do PESET no plano de manejo. Jamel explica que esse tipo de critério gera mapas que indicam por exemplo, quais as áreas mais indicadas para visitação. Jamel explica que existem duas zonas: a de preservação – ZP, e a de conservação - ZC, dentro dessas zonas, existem diversas áreas. Jamel explica que em cima do próprio guia de escalada, foi sendo definido o zoneamento das áreas onde ocorrem vias de escalada, sendo que estas ficaram em áreas consideradas zona de conservação. Jamel ressalta que foi feita a proposta, mas isso deve ser ratificado pelo Inea. Delsio diz que há várias formas de visitação, e conforme no Pão de Açúcar, se maneja a visitação de forma que não impacte o ambiente e que esses usos não são tão conflitantes assim. Kika (Femerj) diz que como só há duas zonas, isso limita os usos e as expectativas do visitante. Delson diz que a visitação favorece a inibição de ações como caça em áreas que não ocorre pesquisa e fiscalização. Fernando diz o PESET é uma das UCs estaduais com maior potencial para uso público, e que o formato da UC é extremamente sujeita aos efeitos de borda, como fragmentação e urbanização, sendo assim, acha válido que algumas áreas do interior da serra se mantenham intangíveis para pesquisa e fiscalização, já que para o momento tais áreas não têm nenhum atrativo à visitação, o que pode favorecer a diversidade faunística por exemplo. Fabiana (Inea) explica que não pode haver nenhuma atividade de

visitação em ZP. Kika diz que o conceito de visitação é para uma visitação mais intensa, mas há outras formas de visita que não é intenso, que nesse caso seria uma aliada e não algo que prejudique. Poyares diz que não consegue ver um parque com restrição de visitação em nenhuma área, que não deveria ser proibido de entrar nenhuma área de qualquer UC. Poyares diz que a “cabeça do Dragão”, no PETP que tem uma vegetação bem delicada e que há regras para uso da área, sendo aberta somente para clubes e federações, que não pode haver visita sem autorização. Delson diz que poderia haver condicionantes em ZC para visitação, ao invés de ter a área como ZP. Fernando diz que essa questão é muito válida e critérios devem ser estabelecidos para tais ZC, e em atendimento ao roteiro metodológico do INEA e em respeito aos demais atores envolvidos na elaboração do plano de manejo do PESET, as ZP devem ser mantidas onde não há visitação. Ainda segundo Matias, a questão da abertura de novas áreas para a visitação poderia ser avaliada durante a revisão do plano de manejo, devendo estar associada como o grau de implantação da UC, para atender tal demanda. Andréia (Inea) diz que o roteiro do Inea foi elaborado sendo baseado no do ICMBIO e procurou-se uma melhora. Delson mostra o zoneamento do Morro do Pão de Açúcar que apresenta níveis de visitação, que vai desde o intenso até o muito restrito. Alex Figueiredo diz que a área do Bananal é complicada para restrição de uso.

Sérgio Poyares, chefe do PETP inicia apresentação “Uso da prática do montanhismo no planejamento estratégico da Unidade de Conservação”. Poyares mostra que a presença do montanhismo junto à UC pode se dar através do conselho, com cadeira da femerj ou clubes, câmaras técnicas e termos de cooperação técnica. Sérgio diz que essa câmara técnica é ideal, para contribuir se necessário. Poyares diz que existe um termo entre o PETP e o centro excursionista Friburguense para este tomar conta e administrar um dos núcleos de montanhismo, para que se evite a ausência do estado de alguma forma. Sérgio diz que o uso da furadeira de impacto proporcionou um aumento de abertura de vias e uso de certas áreas, então, foi pensada através do SMI, a proibição a abertura de novas vias em certas áreas. Porém, com o tempo, ao invés de proibir, passou-se a restringir. Em áreas não-restritas, após conquista manda-se relatório para o parque. Em áreas restritas, o relatório tem que ser anterior à abertura da via. Poyares diz baseado nisso, que proibir é muito radical, pois a configuração de uma área pode mudar. Poyares fala sobre o decreto 42.483, que é o decreto de uso público, e que todos devem ler. Poyares diz que no plano de manejo do PETP entrou documento elaborado a partir de do SMI, como recomendações gerais. Poyares diz que a colocação de placas de reconhecimento de risco é uma boa estratégia no caso de não adotar a assinatura de TRR. Poyares diz ainda que o montanhismo colabora para manutenção de vias e trilhas.

A terceira apresentação é feita pela Andréia Melo, advogada da Dibap/Inea. Andréia fala da importância da colaboração dos aspectos jurídicos. Andréia fala sobre a importância da criação do decreto de uso público. Fala ainda que a realização dos SMI foi citada no decreto, pois se reconhece a contribuição dos mesmos. Andreia diz que em relação ao risco, o decreto segue assim como o PARNASO, um TRR. Diz ainda que é preciso buscar juntamente com os montanhistas, qual a melhor estratégia para aplicação do termo. Andréia fala sobre a normatização para condutores e guias, que a tendência é que esses guias sejam cadastrados junto à UC. Fernando sinaliza a presença da Manuela Tambellini, que fala sobre a visão da Dibap em conciliar preservação do ambiente e as atividades de Uso Público. Manuela fala do

avanço e estruturação do uso público dentro do Inea. Manela ressalta a importância em se ouvir a opinião de quem usa a unidade. Matias diz que a aplicação do TRR é difícil, que não consegue aplicar em todo o local da UC. Luiz Andrade (CNM) questiona que o termo deveria ser funcional no sentido de que se o escalador não der baixa, o Parque entrasse em contato para saber se o escalador saiu da UC. Andréia esclarece que o decreto foi discutido abertamente e inclusive ficou disponível na internet para contribuições, então, não foi uma decisão única do Inea. Matias diz que o termo está em fase experimental, e será avaliado se existe outra forma de aplicabilidade. Márcia fala sobre o TRR, que ele é utilizado para todas as atividades de risco e aventura e que do termo são extraídas informações estatísticas que são úteis também à gestão da unidade. Delson diz que então é feita uma distorção da função do termo, que existem outras formas de dados estatísticos que não o termo. Poyares diz que as mesmas estatísticas são extraídas do cadastro do visitante, que inclusive já se pensa em parar de aplicar já que o perfil pouco mudou em cinco anos. Andréia solicita informação do Aguinaldo Fratucci, professor da UFF, coordenador da pesquisa do perfil de visitantes do Peset. Kika destaca que é positivo essas iniciativas do Inea e parabeniza por isso. Poyares diz que no ES era bem mais fechada essa questão da escalada e que o Inea já está “exportando” para lá. Fernando diz que é preciso ainda que a participação do esportista para o avanço dessas questões. Daniel da Unicerj diz que há esportistas que não são consultados e que acabam não contribuindo, que além da FEMERJ há outras instituições ou grupos e que no Rio de Janeiro muitos desses grupos não são ouvidos, mas que representam uma parcela importante de usuários das UC. - Pausa para lanche - A parte da tarde se inicia com a apresentação do Daniel “Olho” Leal, falando sobre “A prática de slackline em Unidade de Conservação” – filosofia e perspectivas de uma nova modalidade. Daniel fala sobre o histórico da atividade. Fala ainda sobre a necessidade em se aplicarem normas para a modalidade. Ressalta ainda que os praticantes do slackline são em sua maioria escaladores. A modalidade que é usada no Peset é o highline. Para montagem é necessária normalmente a implantação de no mínimo três grampos por ponto. Daniel esclarece que o praticante está preso a uma cadeirinha de escalada e juntamente com a fita, tem uma corda de segurança. Fala ainda sobre a experiência do Parque Yosemite, onde existem regras em como: “proteger a árvore de qualquer dano”, as linhas só poderão permanecer enquanto o proprietário estiver, ou quando não em uso, não devem ser colocadas em carvalhos ou em árvores pouco maduras”. Kika e Poyares fazem perguntas sobre segurança e Daniel esclarece. Na prática são colocadas três proteções (grampos ou chapeletas) por ponto a cada 15 metros de corda, mas ainda assim por causa da tensão, ocorrem casos de amassar ou inclinar o grampo de segurança. Daniel diz que as normas do slackline em UCs se baseiam no código de ética do montanhismo, tais como informar o acesso ao local por meio de croquis, preenchimento de fichas do parque e informar ao parque sobre conquistas, relatando os fatos registrados em croquis. Daniel destaca que é fundamental que a prática do highline tenha apoio de montanhista, devido ao conhecimento sobre força e sustentação do grampo. Daniel espera que o mais rápido possível sejam estabelecidas normas para o slackline. Andreia fala sobre a necessidade do esporte estabelecer primeiramente normas de segurança. Marcelo Ambrosio fala que é preciso normas para evitar situações como botar grampos de forma que interfira na via de escalada já existente. Fernando ressalta que existe um código de ética local bem elaborado e só é preciso segui-lo. Poyares ressalta a fala da Andreia, em que é preciso estabelecer regras de segurança e segui-lo. Daniel diz que as conquistas também são pensadas e conversadas em relação ao

quantitativo de vias, bem como ao ambiente natural e necessidade de abertura de acesso. Fernando ressalta que em relação ao slack, a princípio deve-se seguir o código de ética do montanhismo e coloca o parque à disposição para o fortalecimento da modalidade, os avanços somente serão conquistados por meio da organização dos praticantes. Kika e Marcelo sugerem que seja bem divulgada toda essa informação para ser disseminada entre todos os praticantes do slack. Manuela Tambellini diz que é interessante transformar as questões do slackline em normas e instrumentos, tais como abeta, femerj ou instituição afim. Kika diz que na prática esportiva, quem cria as normas e códigos são as organizações esportivas, diz que não é preciso que órgão externo diga como deve ser feita a prática esportiva, pois o turismo é algo diferente disto. Diz que a abeta criou normas para ABNT sobre escalada que não são aplicáveis. Manuela diz que não é o órgão externo a criar as regras, mas a reconhece. Delson diz que houve uma reunião na ABNT para discutir as normas para o guia de escalada, que não funcionou e não tem como acabar com a norma. Manuella diz que é preciso criar um documento a ser reconhecido e não a ser criado por órgãos externos, pois dessa forma seria reconhecido por quem utiliza e legalmente. Luiz Andrade e Marcelo Ambrosio iniciam a apresentação para definição de alguns itens referentes ao zoneamento e à setorização. Marcelo ressalta que o que está sendo pleiteado já vem sendo estabelecido desde 2006 e que isso foi necessário por que há tempos atrás não existiam regras e sim conflitos como “cruzamento de vias” e danos a vegetação. Marcelo destaca que os setores em vermelhos não são proibidos à escalada e sim à realização de conquistas. Delson diz que juntamente com o Jamel foram consideradas as áreas já existentes. Jamel ressalta que justamente nas faces rochosas é que existe um grande nível de fragilidade e endemismo. Luiz diz que o que potencialmente causa impacto passou a ser boicotado desde o último seminário. Marcelo diz que se uma área vira zona de conservação, ainda assim deve haver uma consulta à UC. Diz ainda que essas áreas precisam ser minuciosamente avaliadas. Delson diz que existe um modelo de solicitação para abertura de novas vias e ele pode disponibilizar. Kika sugere que para áreas não-restritas não seja feita solicitação anterior, mas que seja comunicado após. Luiz sugere que seja sim informada a abertura de nova via, inclusive em setor verde para evitar desconhecimento por parte da equipe do parque. Fernando diz que no código de ética local não diz que “não é permitida a remoção de vegetação”, mas sim que “se possível não seja removida” e que este é um ponto a ser repensado no código. Sobre a questão da remoção de vegetação, Delson e Marcelo concordam que a NÃO REMOÇÃO deve estar explícita no código local. Jamel diz que cada setor então deve apresentar um conjunto de regras. Delson diz que teme que uma área seja transformada em ZP, pois isso não permite que mais tarde seja aberta. Marcelo fala sobre os próximos passos pós-seminário, como a formação de um grupo de trabalho. Matias ressalta a importância de um grupo de trabalho e que este não teria demanda expressiva nem necessidade de reuniões constantes, mas que tratava-se de uma formação importante para discussões sobre questões específicas do montanhismo na UC. Ainda segundo Matias, foram inúmeras tentativas da administração da UC em realizar tais discussões para o plano de manejo, mas que por falta de uma coesão dos montanhistas da região a administração teve dificuldade em mobilizar os atores, o que prejudica o andamento do plano de manejo e os avanços nas discussões sobre o montanhismo na UC. Marcelo fala sobre aprovação de novas vias, e que a formação de um grupo seria fundamental para essa questão. Luiz sugere que independente de um projeto novo ou antigo, deve ser ao menos comunicado ao parque. Em relação à colocação de grampos inox, Delson diz que a UIAA (União

Internacional dos Escaladores e Alpinistas) e Femerj não recomendam grampos ou chapeletas, pois ela pode corroer por dentro em locais à beira-mar. Delson diz que os inox estão sendo substituídos por galvanizados. Diz ainda que estão trabalhando a longo prazo para substituição por titânio. Luiz diz que nem toda a comunidade segue ou tem acesso à informação, então, para o trabalho ter sucesso, é preciso estar divulgado, na portaria. Fernando diz que em relação a questão dos grampos inox foi afixado um informativo na entrada da portaria da UC, em local visível alertando os usuários sobre esta questão.

Foram anotados como assuntos definidos no seminário:

- Necessidade de criar junto ao conselho um GT Montanhismo com instituições sugeridas: FEMERJ, CNM, UNICERJ, Slackliners, Clube Light e Escoteiros.
  - Análise crítica dos fatos ocorridos e que confrontaram com as recomendações compactuadas no I SMI;
  - Novas vias deverão ser comunicadas ao Parque, que repassará ao GT Montanhismo, para a aprovação;
  - Questões imediatas a serem desenvolvidas pelo GT:
    - Normas gerais do GT;
    - Reformulação do TRR PESET;
    - Apoio à administração do PESET para aprovação de projetos de novas vias;
    - Formatação de um formulário para conquistas e escaladas;
    - Atualização das vias considerando novas conquistas;- Provocar a revisão do código de ética local e propor recomendações de mínimo impacto;
    - Traçar o planejamento e necessidades de atuação futura do GT;
  - O PESET irá consolidar e divulgar adequadamente as recomendações definidas após esse seminário com o apoio da FEMERJ e CNM, assim como fiscalizar e punir exemplarmente os infratores.

Foram estabelecidas ao término considerações gerais:

- Zona de conservação mais expansiva nas paredes rochosas para contemplar vias de escalada – essas zonas devem ter níveis distintos e normas de uso e restrições claras;